

10

A investigação em ciências sociais *par le bas*: por uma construção autónoma, endógena e horizontal do conhecimento

Cláudio Furtado

Introdução

Desde as últimas décadas do século passado, uma contestação, a um só tempo, teórica e societária, tem vindo a procurar questionar a hegemonia ‘norte-ocidental-global’, criando fissuras no discurso hegemónico único e nos modelos e práticas económicos, políticos, sociais, culturais, discursivos e simbólicos a ele associados.

No que diz respeito, especificamente, à produção do conhecimento em ciências sociais têm emergido de forma consistente propostas epistemológicas, teóricas e metodológicas questionando, por um lado, a unicidade e a universalidade do paradigma científico dominante e sua capacidade heurística para validar conhecimentos e realidades plurais e, por outro, reflectindo, criticamente, sobre a forma como esses mesmos modelos têm sido apropriados pelos cientistas sociais dos países ‘periféricos’ no quadro da compreensão de suas realidades sociais, económicas, políticas, culturais e simbólicas.

No contexto cabo-verdiano, de uma tradição sistemática e orgânica de investigação em ciências sociais ainda emergente, começa-se a constatar uma inflexão paradigmática que tende, em parte, a inscrever-se na tradição dos estudos pós-coloniais.

Não se pode, contudo, deixar de reconhecer que se trata, como afirma Boaventura Sousa Santos, de um ‘contra-movimento de cosmopolitismo subalterno’ (Santos 2009:33), uma vez que a epistemologia do Norte global,

internalizada no processo de formação de grande parte dos cientistas sociais africanos, continua sendo hegemónica.

A presente comunicação pretende estabelecer uma reflexão crítica com a nova geração de pesquisadores cabo-verdianos, desconstruindo as bases teóricas e epistemológicas a partir das quais as novas produções de conhecimento em ciências sociais têm tido lugar, e procurando, ao mesmo tempo, construir novas bases para um conhecimento centrado ou produzido a partir dos sujeitos vários e que questiona os binarismos *west/rest* e/ou *rest/west*, fazendo emergir as limitações intrínsecas ao hibridismo pós-colonial, nomeadamente no esquecimento de sujeitos cognoscentes outros que os próprios cientistas sociais.

Pretende-se ainda fazer relevar que a emergência do que Boaventura Sousa Santos denomina de ‘epistemologias de sul’ para ser epistemológica e ‘politicamente’ consequente exige uma autonomia do campo científico e uma revalorização dos actores sociais portadores de conhecimento, tornados invisíveis pelo processo de produção de conhecimento científico hegemónico.

A nova produção em ciências sociais em Cabo Verde: realinhamentos teóricos

A produção científica e ensaística em ciências sociais sobre Cabo Verde remonta aos finais dos anos trinta do século passado, coincidindo com a emergência do movimento literário e cultural ‘Claridade’. Embora se trate de um movimento essencialmente literário que, na perspectiva do que alguns estudiosos, procura demonstrar que Cabo Verde configuraria, no contexto do ‘mundo que o português criou’ um caso de regionalismo crioulo, inspirando-se no modernismo brasileiro, os seus dinamizadores incentivaram a realização de estudos etno-antropológicos bem como uma produção literária embrenhada no realismo social do arquipélago.

Nas décadas seguintes, aumenta de forma crescente a apetência pelos estudos sócio-antropológicos e políticos essencialmente conduzidos pelos estudantes de direito, das letras e humanidades e das ciências agronómicas.

Destes, o estudo de Amílcar Cabral sobre a situação social e económica de Cabo Verde pode ser considerado o primeiro ensaio sociológico endógeno. De igual modo, as descrições etnográficas de Félix Monteiro, os ensaios de Nuno Miranda, Onésimo Silveira, Manuel Duarte e Gabriel Mariano, entre outros, inscrevem-se nesta mesma linha.

Para a presente comunicação, no entanto, não nos interessa debruçar e dissecar a produção em ciências sociais no contexto colonial, mas antes centrarmo-nos sobre aquela que emerge no contexto pós-colonial, ainda que no quadro da colonialidade (Quijano 2009:73) que caracteriza o mundo actual. Tal recorte justifica-se, como foi referido na introdução, pelo facto de ser no contexto pós-

colonial que espaços intersticiais contestatários e emancipatórios, tanto ao nível político como epistemológico (cf. Santos 2000, 2005, 2009), emergem de forma mais substantiva no campo da produção do conhecimento.

Não se pode, contudo, deixar de sublinhar que já a partir dos anos cinquenta do século passado despontam, de forma sistemática e orgânica, contestações à situação colonial, configurando-se naquilo que Sousa Santos enunciou como ‘o outro lado da linha sublevou-se contra a exclusão radical à medida que os povos que haviam sido sujeitos do paradigma da apropriação/violência se organizaram e reclamaram o direito à inclusão no paradigma da regulação/emancipação’ (Santos 2009:32). Estas contestações ganham organicidade e despoletam os movimentos políticos que conduzem ao rompimento da situação colonial.

No contexto cabo-verdiano, a produção em ciências sociais foi – e continua sendo até o presente – essencialmente diaspORIZADA. Diasporizada em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque, na ausência de estruturas de investigação científica no país, a produção tem sido feita essencialmente no exterior, seja pela diáspora cabo-verdiana seja por ‘cabo-verdianistas’. Em segundo, porque, recuperando a formulação de Hountondji, segundo o qual a investigação científica em África é essencialmente ‘extravertida’, ou seja, orientada para o exterior, destinada a ir ao encontro das necessidades teóricas dos nossos parceiros ocidentais e a responder às perguntas por eles colocadas (Hountondji 2008:157), tanto as temáticas de investigação como as abordagens e a apropriação da produção têm acontecido primeiramente no exterior. Neste sentido, Cabo Verde tem sido, em muitos casos e durante muito tempo, um consumidor do que sobre ele foi produzido. Trata-se, pois, de conhecimentos heterónimos.

Pode-se ainda afirmar que, num primeiro momento, o grosso da produção em ciências sociais sobre Cabo Verde internaliza e reproduz o paradigma epistemológico dominante, trazendo para a agenda pública temáticas e formas de abordagem que essencializam a sociedade cabo-verdiana no sentido de enaltecer a sua hipotética especificidade, ou então fazendo recurso a quadros conceptuais que colocam numa camisa de forças uma realidade heterogénea e complexa.

A partir dos finais dos anos noventa do século passado, mas com maior sistematicidade nos primeiros anos do século XXI, jovens investigadores cabo-verdianos começam a procurar redefinir a agenda de investigação ao mesmo tempo que propunham novos olhares e novos (re) alinhamentos teóricos.

Mais ainda, começam-se a desenvolver, interna e autonomamente, linhas de pesquisa que indiciam a busca da consolidação da autonomia intelectual e científica. Trata-se, contudo, de um processo ainda em construção, não linear, denotando diferenciações internas, tanto a nível das temáticas quanto das abordagens.

Parece interessante sublinhar que esta nova geração de investigadores busca, ainda que de forma não enunciada, uma ruptura com gerações anteriores de investigadores e ensaístas, cabo-verdianos ou não. Esta ruptura pode ser apreendida tanto nas temáticas de investigação quanto nos modelos teóricos de explicação.

Um primeiro grupo de investigadores retematiza, entre outras, as questões do nacionalismo, da identidade nacional e da criouldade (Anjos 2002; Fernandes 2002, 2006; Hernandez 2002; Brito-Semedo 2006), da construção do Estado e do sistema político (Évora 2004; Costa 2001; Varela 2005). Um segundo grupo analisa questões que se relacionam com as dinâmicas da sociedade cabo-verdiana actual, designadamente violência, educação, pobreza, migrações, estruturação económica e social (Andrade 1996; Lesourd 1995; Grassi 2003), relações de género (Monteiro 2009; Évora 2008), sistema político, do governo e construção do Estado (Costa 2001; Koudawo 2001; Varela 2005; Évora 2004; Afonso 2002; Cardoso 2004; Rocha 2009).

Os dilemas, limites e vicissitudes

Analisando os estudos atrás referenciados, conclui-se existir uma forte apetência para impor uma nova agenda de investigação em, e sobre Cabo Verde, desconstruindo, em alguns casos, todo um discurso mistificador de essencialização da realidade cabo-verdiana, e ao mesmo tempo re-situando e re-significando as interpretações sobre a sociedade cabo-verdiana cristalizadas pela *littérature grise*.

Se isto é verdade, não pode esquecer-se que ainda prevalece toda uma linha de estudos que buscam a sacralização da sociedade e da cultura cabo-verdianas.

Analisando a problemática da identidade a partir da categoria explicativa de criouldade, Brito-Semedo (2006) decompõe-na em termos de uma especificidade identitária, mas também social e espacial. Neste sentido, a categoria criouldade, tal como ela é apropriada, não pode ser transposta, enquanto conceito, para a busca de explicação de outras sociedades que, eventualmente, tenham tido percursos socio-históricos semelhantes. Mais ainda, encontra-se subjacente a esta categoria uma dimensão de subjectividade humana que conduziria à autonomização identitária. Afirma o autor, ao sublinhar a singularidade do processo cabo-verdiano:

Todo esse ambiente terá proporcionado ao mestiço nascido desse cruzamento, ainda sem uma identidade étnica definida, o confronto entre as diferenças culturais dos seus progenitores – e ‘europeia’ do pai e a ‘africana’ da mãe – e criar uma identidade cultural própria, a ‘cultura crioula’, que se caracterizava essencialmente por um sentimento de diferença (Brito-Semedo 2006:69).

A apropriação dessa concepção de criouldade leva o autor, numa perspectiva marcadamente ideológica, a valorar de forma oposta as dimensões europeia e africana que concorreram para o processo de criouldização. Com efeito, diz ele:

Ao lado de costumes e hábitos de importação europeia, encontram-se reminiscências de formas sociais, costumes e processos negro-africanos; amalgamando-se com pratos de cozinha puramente portuguesa, existem formas de alimentação de origem ou influência negro-africana; ao lado da família legitimamente constituída, detecta-se uma acentuada tendência poligâmica; a par da canção portuguesa ou ocidental, ondulam pelo ar a morna, o batuque, a *fição* (Brito-Semedo 2006:70).

Como se pode deduzir dessa análise, à positividade dos aportes europeus contrapõe-se a negatividade dos valores africanos, à não adjectivação fenotípica da contribuição europeia opõe-se a dimensão negra; às reminiscências africanas releva-se a hegemonia dos hábitos europeus; ao casamento monogâmico europeu opõe-se a poligamia africana.

Desta análise por oposição e excludente, o autor chega por negação e, de uma maneira de certa forma paradoxal, à sociedade crioula que, resultando embora do caldeamento das duas contribuições, não se resume a nenhuma delas e nem tampouco constitui a sua síntese. Seria, afirma o autor, com uma certa mistificação, ‘um caso *sui generis*’.

Estamos perante um velho dilema. Na verdade, a exaltação da singularidade crioula é recorrente nas produções literárias e ensaísticas cabo-verdianas, ao mesmo tempo que se busca transformá-la em senso comum. Mais do que isso, tende a existir uma relação umbilical e, muitas vezes, de ressonância entre o discurso científico e o discurso político-ideológico, sem que isso signifique uma ruptura seja com modelos teóricos vigentes e hegemónicos seja com práticas políticas que reforçam o *status quo* colonial no contexto pós-colonial.

Aliás, esta perspectiva analítica pode também ser encontrada em autores não cabo-verdianos. À amálgama sócio-cultural que caracterizaria a formação social cabo-verdiana deve acrescentar-se o isolamento ilhéu que, por endogamia, explicaria essa dimensão particular de Cabo Verde. Michel Lesourd (1994 :113) afirma que ‘La diversité des lieux et des hommes, le poids des héritages, les sensibilités socio-culturelles et politiques forment un faisceau d’insularismes qui ne sont pas sans incidence sur les tentatives de développement menées par le jeune État...’

Pode-se, pois, observar, dentro de um conjunto ainda significativo de estudos em ciências sociais em ou sobre Cabo Verde, a permanência de uma perspectiva analítica polar que se constitui historicamente no contexto da situação colonial, prosseguindo após a sua extinção, e que orienta a produção do conhecimento científico e da intervenção política. Aliás, estes estudos internalizam, de certa forma acriticamente, os discursos polares, designadamente entre o ocidente e o resto do mundo, que constituem um dos fundamentos das ciências sociais. Neste contexto, como assinala Costa (2006), o binarismo e a concepção dual e dicotómica do mundo estão impregnados nos discursos construtores dos estados-nação ocidental, erigidos em arquétipo para outros contextos e formações sociais e históricas.

É verdade, contudo, que linhas de reposicionamento teórico e político podem ser encontradas em vários estudos, sobretudo os que, de forma explícita ou não, inscrevem-se na tradição dos estudos pós-coloniais, num esforço epistemológico e político de desconstrução da polaridade e do binarismo que se fez referência anteriormente, e que tendem a submeter o processo de construção do conhecimento no 'sul', ou no 'resto', à superioridade epistémica e ontológica do norte numa homologia estrutural à situação colonial, colocando em pólos distintos do campo relacional o colonizador e o colonizado.

Com efeito, Anjos (2002), Fernandes, (2002; 2006), Hernandez (2002), Varela (2005), Monteiro (2009), entre outros, reposicionam-se, enquanto sujeitos epistémicos e políticos, no sentido de, pela desconstrução, reconstruir a compreensão da formação social cabo-verdiana.

Este reposicionamento tem permitido a emergência de novos olhares e, mais do que isso, o aprofundamento de um processo crítico e de reflexividade permanente do processo de produção do conhecimento científico, especificando o espaço social e político do pesquisador e, desta forma, enunciando os limites da sua própria condição de cientista social.

É verdade, contudo, que estes empreendimentos comportam ainda limites e fragilidades, essencialmente metodológicas. É o que pretendemos fazer emergir na leitura e no diálogo que vamos procurar manter, a seguir, com alguns dos autores atrás referidos.

Endogeneização do processo de produção do conhecimento: sua horizontalidade, simultaneidade e contemporaneidade

Nós avançamos para a nossa luta seguros da realidade nossa terra (com os pés fincados na terra) (Cabral 1974:21).

Um dos aspectos importantes e transversais a quase todos os estudos em ciências sociais a partir dos anos noventa do século passado reside na valorização de temáticas novas e que se prendem com a dinâmica social, económica, política e cultural de Cabo Verde, ou então com a retoma do diálogo com os 'clássicos' dos estudos sobre Cabo Verde.

De certa forma, a busca da autonomia intelectual das novas gerações passa por uma dupla negação dos 'clássicos'. Em primeiro lugar, uma ruptura com os modelos teórico-interpretativos da sociedade cabo-verdiana tornada hegemónica e, em segundo, uma negação política dos mesmos, que passa por uma nova concepção da política, da sociedade e do Estado, e da relação do saber com a sua envolvente global.

De certa forma, pode afirmar-se que as novas gerações buscam a desmistificação dos mitos e de seus heróis.

Com efeito, as análises sobre a identidade buscam, desde logo, questionar a perspectiva essencialista que atravessa as análises tradicionais. José Carlos dos Anjos assume a identidade como comunidade imaginada, construção discursiva e objecto de disputa no campo da luta política e simbólica, diferentemente de toda uma tradição que nega, sublima ou não assume dimensões políticas, étnicas e raciais que perpassam o processo de construção da identidade. Assim, o autor situa a mestiçagem cultural reivindicada na ‘sua posição numa estrutura de dominação racial’ (Anjos 1997:14), questionando o que não tem sido questionado, isto é, ‘... em que correlações de força (numa situação de dominação racial) surgiu o conceito de crioulo (enquanto mistura), a que interesses servia a percepção da realidade social permeada por tal categoria’ (Anjos 1997:17).

Neste contexto, a centralidade analítica é posta, por um lado, nas relações sociais, económicas, políticas e de poder entre grupos sociais diversos e, por outro, na forma como a categoria étnico-racial mestiça resulta de um ‘produto de correlações sociais de força’. Mais ainda, esta nova abordagem, salientando a hegemonia da identidade mestiça no campo da luta pela imposição de princípios identitários, pressupõe a transmutação de um conceito e de uma pertença grupal (mestiço) para um todo (nação), apagando as diferenças sociais e étnico-raciais e essencializando eventuais comunalidades (Furtado 2009:14).

O que sobressai nos estudos de Anjos tem a ver com o facto de situar a questão da identidade, bem como de nação, raça e intelectualidade, no seu *locus* de produção e reprodução, de ressaltar a mutabilidade e fluidez das identidades, e o carácter ideológico da identidade nacional, no sentido de constructo mental que visa legitimar construções e relações políticas. Sob esse aspecto, as diferentes versões de identidade nacional adoptadas pelas elites politicamente dominantes buscam construir a ‘evidência’ de que as principais opções de governação estão fundadas nos ‘traços’ mais sólidos da identidade do ‘povo’ (Anjos 2002:273).

Já Leila Hernandez questiona, por um lado, a centralidade que muitos estudos clássicos têm dado à ‘mestiçagem’ como factor estruturante da formação social cabo-verdiana e, por outro, a sua capacidade heurística para a compreensão dessa mesma ‘mestiçagem’ cabo-verdiana, na forma como ela é definida e operacionalizada. Neste sentido, três equívocos são assinalados pela autora relativamente ao conceito de mestiçagem. Em primeiro lugar, pelo facto de, na análise da estrutura social cabo-verdiana, utilizar-se a variável ‘cor’ como determinante explicativa, minimizando ‘os aspectos estruturais que marcam a história da colonização’ (Hernandez 2002:97). O segundo equívoco resulta do facto de a mestiçagem ocultar, sob o discurso da democracia étnica e racial, as clivagens raciais e sociais. Em terceiro lugar, a sobrevalorização da assimilação eventualmente existente em contrapartida.

O reposicionamento proposto reside na negação da capacidade explicativa do conceito, e da centralidade analítica a ele atribuída. Com efeito, sublinha a autora, ‘é importante frisar que a cor da pele não explica a estrutura de classes, menos ainda a mestiçagem pode ser considerada um factor responsável por uma democracia racional no arquipélago, tampouco a assimilação é um processo igualitário em que culturas se interpenetram com igualdade’ (Hernandez 2002:99).

Por sua vez, e de forma mais radical, Gabriel Fernandes (2002, 2006) propugna uma perspectiva de ruptura epistemológica. Analisando a construção da nação em Cabo Verde, o autor nega os conceitos mais comuns e modernos de nação e de modernidade que tendem a situá-los num espaço físico e intelectual de produção, e que seriam, também, um centro irradiador. Neste contexto, as experiências do ‘resto’, em termos de modernidade e de construção da nação, estariam assentes numa transposição sempre imperfeita.

Em contrapartida, o autor assume que a modernidade, mormente numa sociedade cosmopolita e diaspORIZADA como é o caso cabo-verdiano, e, por via dela, a nação, resultam de processos de entrelaçamento e interpenetração de actores, culturas e regiões, num espaço cada vez menos georeferenciado, ainda que em contexto de relações assimétricas. Surge, pois, que o entendimento dos contornos da nação passa pela necessidade de se captar, nos interstícios do processo sócio-histórico, a um só tempo, as acções nacionais que conformam e constroem os indivíduos e as acções individuais, elas mesmas ‘conformadoras e/ou (re) construtoras da nação’ (Fernandes 2006:17).

Fernandes busca espaços analíticos e interpretativos que se contrapõem às formas tradicionais, dóceis e conformistas, de interpretação da saga nacionalista e identitária cabo-verdiana, buscando, como assinala Boaventura Sousa Santos, um novo ‘campo de desafios epistémicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo’ (Santos e Meneses 2009:12).

Analisando a formação da sociedade cabo-verdiana e suas transformações sucessivas, assim como as interpretações plurais que sobre ela foram sendo construídas, Fernandes subverte, complexifica e reapropria conceitos e métodos, resgatando e reconstruindo uma nova criouldade que, sendo translocal, e por conseguinte global, não deixa de ser endógena, híbrida e cosmopolita.

Ganhando centralidade na interpretação feita da sociedade cabo-verdiana, a criouldade/crioulização emerge como política e heurísticamente importante para a compreensão da saga identitária cabo-verdiana e como veículo emancipatório.

Mais do que analisar a formação da sociedade crioula, a perspectiva analítica introduzida conduz à compreensão da ‘crioulização em acção’, da dimensão cosmopolita do discurso de criouldade, das estruturas de acção e dos processos de negociação entre os vários actores protagonistas (Furtado 2009:14).

Odair Varela, mais recentemente, no estudo sobre o Estado pós-colonial cabo-verdiano, retoma, de certa forma, a partir de conceitos como estados ‘frágeis’, ‘falhados’ ou ‘colapsados’, uma perspectiva que busca singularizar o caso cabo-verdiano. Neste contexto, não obstante uma profunda revisão da literatura, o autor busca situações e contextos que reforçam a tese de que tais conceitos não se adequam ao entendimento e à explicação do Estado cabo-verdiano. Com efeito, ressalta que ‘uma das razões porque Cabo Verde não deve ser colocado no mesmo conjunto da maioria dos Estados pós-coloniais prende-se com o facto de, ao contrário deles, não ter havido conflitos violentos entre os grupos rivais que lutavam pela independência do país’, para acrescentar que ‘o relativo sucesso do Estado pós-colonial cabo-verdiano prende-se principalmente com o facto da solução estatal se ter mostrado, tal como noutros casos, como a melhor via a seguir’ (Varela 2005:125).

Às argumentações aduzidas e referidas anteriormente, deve-se acrescentar o facto de, na perspectiva do autor, os dirigentes políticos cabo-verdianos não terem incorrido nos mesmos erros acontecidos no continente africano. Estes erros seriam a importação de ‘modelos ideológicos’ estranhos às realidades desses países. Neste quadro, e ainda segundo Varela, os cabo-verdianos teriam apreendido as propostas de Amílcar Cabral, que sublinhava a necessidade de se partir da realidade, de ter os pés fincados na terra e de se ser realista.

Mais recentemente, Varela reposiciona-se, buscando no campo político cabo-verdiano espaços de emergência de uma governação contra-hegemónica que inclua os movimentos sociais e a sociedade civil. Reconhece o autor que ‘em Cabo Verde [...] a tarefa dos actores da governação contra-hegemónica, alternativa ou solidária, não se afigura fácil devido à complexidade e diversidade de situações’ (Varela 2008:14). Único exemplo encontrado foi, no quadro do sistema de justiça, o reconhecimento da pluralidade de ordens jurídicas, que estaria consubstanciado nos tribunais populares. Embora reconhecendo os limites do potencial emancipatório desses tribunais, a razão evocada para tanto reside na sua instrumentalização política e não na sua própria conformação jurídico-institucional. Com efeito, a própria criação dos tribunais populares resulta da reformatação do sistema de justiça, com competências bem especificadas, submetidas ao controlo dos tribunais superiores, o que, *ab initio*, retira o potencial emancipatório que se lhe poderia atribuir.

Eurídice Monteiro, num interessante estudo sobre a participação política das mulheres, inscreve-se claramente na perspectiva dos estudos pós-coloniais, (re) construindo novas narrativas a partir de dentro, e desconstruindo narrativas epistemologicamente coloniais. Neste contexto, ela distancia-se de análises assentes numa perspectiva homogeneizante e homogeneizadora das lutas e propostas de mulheres, advogando ‘a necessidade do reconhecimento do pluralismo e da diversidade nas lutas e nas propostas feministas’ (Monteiro 2009:25).

A autora torna visível a participação política das mulheres, sem negar os seus limites e, mais ainda, identificando as causalidades múltiplas e relacionais dos factores explicativos desses mesmos limites. Assim, procurou Monteiro (2009:171) ‘ver as mulheres como sujeitos políticos e com potencialidades para subverterem as lógicas subjacentes ao espaço político oficial, que as relegam para posições políticas subalternas’.

Pode-se depreender, da análise dos estudos atrás referidos, que se assiste a uma inflexão temática, de abordagens e de posicionamento, representando uma ruptura tanto com os autores anteriores como em relação às abordagens teóricas assentes numa certa epistemologia dominante. Ao assentar fundamentalmente no domínio do discurso, essas análises tendem a desconstruir os discursos hegemónicos que procuram conformar a realidade. Esse processo de desconstrução, que é também uma construção/recriação, denota a qualidade, sobretudo hermenêutica, desses estudos.

No entanto, a reduzida base empírica constitui o grande limite desses estudos e mostram o viés que lhes é intrínseco. São essencialmente estudos que partem da ‘superestrutura’. Aliás, a escolha metodológica, limitando as bases efectivas e sustentadas de informação, conduz frequentemente a argumentações falaciosas ou pouco consistentes.

Assim, a sustentação de que o Estado ‘tardo-colonial’, que se estrutura a partir dos anos sessenta do século passado, terá permitido que ‘as orlas menos pobres do campesinato invistam na educação académica como forma de assegurar as vantagens advenientes do facto de se pertencer aos quadros estatais, e isso, por sua vez, provoca o crescimento da pequena burguesia burocrática’ (Varela 2005:246), tal mostra-se de difícil comprovação. Na verdade, a escolarização dos filhos dos camponeses ocorre em decorrência da massificação da emigração a partir dos anos setenta, o que possibilita o financiamento da educação e das políticas educativas já no contexto pós-colonial.

No período colonial, as possibilidades de instrução que possibilitassem o acesso a empregos na administração pública colonial eram limitadas aos filhos dos proprietários, comerciantes, funcionários e empregados dos serviços, ainda que a instrução primária tenha conseguido um alargamento a partir dos anos sessenta, e que o Liceu da Praia tenha entrado em funcionamento, e que o Seminário de S. José tenha permitido que alguns estudantes provenientes de famílias pobres pudessem ter acesso ao ensino secundário.

De igual modo, persiste ainda, pelo menos em alguns estudos, uma busca de singularização de Cabo Verde, num exercício explicativo binário que, por exclusão, coloca positivamente o caso cabo-verdiano.

Assim, sem renegar o quadro teórico e epistemológico assumido por esses autores, seria interessante a sua radicalização no sentido de, por um lado,

reconhecer os limites internos e externos do conhecimento produzido, da existência de outras formas de conhecimento e da riqueza que ‘a participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controlo e na fruição da intervenção’ (Santos e Meneses 2009:51) pode constituir.

Reforçar os agentes e suas acções, bem como as estruturas (de geometria variável) nas quais se encontram inseridos, pode revelar-se fundamental para que o carácter emancipatório desses estudos possa ser aprofundado e consolidado, e para que a apropriação do conhecimento seja ‘uma reapropriação crítica dos próprios conhecimentos endógenos de África e, mais do que isso, uma apropriação crítica do próprio processo de produção e capitalização do conhecimento’ (Hountondji 2008:158).

À guisa de conclusão

Em termos conclusivos, pode depreender-se da análise dos estudos em ciências sociais sobre Cabo Verde, e situados a partir dos anos noventa do século passado, que tendem, na sua grande maioria, a recentrar as temáticas de investigação e as escolhas e posicionamentos teóricos e metodológicos, significando, em regra, uma ruptura com estudos e estudiosos do período colonial e, mesmo, da primeira quinzena da independência.

Com efeito, mesmo quando as temáticas se aproximam, a escolha é essencialmente feita para desconstruir as análises produzidas. Isto é particularmente evidente nos estudos que tematizam questões relacionadas com a identidade (nacional, cultural), a modernidade, a nação, a criouldade, etc.

O recurso às propostas teóricas dos estudos pós-coloniais vem consolidar todo um conjunto de linhas de pesquisa, marcando novas fronteiras que tendem a consubstanciar-se numa progressiva endogeneização da agenda da investigação.

É verdade que uma parte não negligenciável da produção científica em ciências sociais sobre Cabo Verde tem sido feita ainda em academias fora de Cabo Verde. No entanto, e de forma progressiva, tem-se notado, a nível interno, um aumento de pesquisadores e pesquisas em ciências sociais assentes na busca da construção da autonomia a que se referia Hountondji.

Aliado a isto, recorrendo a Fernandes (2006), e sendo Cabo Verde uma nação diasporizada translocal, não se deve descuidar um papel relevante da comunidade científica cabo-verdiana emigrada nessa viragem em curso na produção em ciências sociais.

Como sublinham Santos e Meneses (2009:48), as novas epistemologias efectivamente emancipatórias que se contraponham à epistemologia dominante alicerçam-se no princípio de que

todos os conhecimentos têm limites internos e externos. Os internos dizem respeito aos limites das intervenções no real que permitem. Os externos decorrem do

reconhecimento de intervenções alternativas tornadas possíveis por outras formas de conhecimento.

Neste sentido, os grandes desafios que se colocam às ciências sociais em Cabo Verde residem na necessidade de aprofundar e radicalizar as novas abordagens e posicionamentos, aprofundar o relacionamento com outros conhecimentos, reforçar o diálogo com os actores num processo partilhado de produção de conhecimento, e equilibrar as opções metodológicas entre as abordagens que partem do alto para a base com a que parte da base para o topo.

Independentemente das limitações encontradas nos estudos e análises sobre a formação social cabo-verdiana produzidas nas últimas duas décadas, constata-se um processo emergente de novas perspectivas analíticas, promissoras em termos seja de sua capacidade explicativa seja emancipatória. São, na sua essência, abordagens que emergem internamente e que, numa relação dialéctica interessante entre a dimensão empírica e o processo de construção de modelos de análise, buscam propor novos caminhos para o entendimento desta realidade mutante, translocal e cosmopolita.

Referências

- Afonso, Maria Manuela, 2002, *Educação e Classes Sociais em Cabo Verde*, Praia: Spleen Edições.
- Andrade, Elisa, 1996, *História Económica das Ilhas de Cabo Verde: da descoberta à independência*, Paris: Editions l'Harmattan
- Anjos, José Carlos, 1997, 'Representações sobre a Nação Cabo-verdiana: Definição mestiça da identidade nacional como ideologia do clientelismo em contexto de dominação racial', *Fragments*, Nos. 11/15.
- Anjos, José Carlos, 2002, *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*, Porto Alegre/Praia: Editora da UFRGS & INIPC.
- Brito-Semedo, Manuel, 2006, *A Construção da Identidade Nacional. Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Cabral, Amílcar, 1974, *Unidade e Luta*, Lisboa: Nova Aurora.
- Cardoso, Katia Aline Lopes Rodrigues, 2004, 'Diáspora: a (décima) primeira ilha de Cabo Verde. A relação entre a emigração e a política externa cabo-verdiana', Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos).
- Costa, Daniel, 2001, 'O semi-presidencialismo em Cabo Verde (1991-2000)', Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas (Dissertação de Mestrado em Ciência Política).
- Costa, Sérgio, 2006, 'Prefácio', in Gabriel Fernandes, *Em busca da Nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde Crioulo*, Florianópolis/Praia: Editora da UFSC/IBNL
- Évora, Iolanda Maria Alves & Grassi, Marzia, orgs., 2007, *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, Lisboa, ICS.

- Évora, Roselma, 2004, *Cabo Verde: a abertura política e a transição para a democracia*, Praia: Spleen Edições.
- Fernandes, Gabriel, 2002, *A diluição da África. Uma interpretação da saga identitária cabo-verdeana no panorama político (pós) colonial*, Florianópolis: Editora da UFSC.
- Fernandes, Gabriel, 2006, *Em busca da Nação. Notas para uma reinterpretação do Cabo Verde Crioulo*, Florianópolis/Praia: Editora da UFSC/IBNL.
- Furtado, Cláudio, 2009, 'Raça, Classe e Etnia nos Estudos sobre e em Cabo Verde: As marcas do silêncio', Chicago: Universidade de Chicago (mimeo).
- Grassi, Marzia, 2003, *Rabidantes: comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde*, Lisboa/Praia: Imprensa de Ciências Sociais & Spleen Edições.
- Hernandez, Leila Leite, 2002, *Os Filhos da Terra do Sol. A formação do Estado-nação em Cabo Verde*, São Paulo: Summus.
- Hountondji, Paulin J, 2008, 'Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos', *Revista Crítica de Ciências Sociais*, No. 80.
- Koudawo, Fafali, 2001, *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal*, Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.
- Lesourd, Michel, 1995, *Etat et Société aux Iles du Cap Vert*, Paris: Karthala.
- Lesourd, Michel, 1994, 'Insularismes et Développement en République du Cap Vert' IN : Centre d'Etude d'Afrique Noire, *Géopolitiques des Mondes Lusophones*, Paris, L'Harmattan.
- Monteiro, Eurídice Furtado, 2009, *Mulheres, Democracia e Desafios Pós-coloniais. Uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde*, Praia: Editora da Uni-CV.
- Quijano, Anibal, 2009, 'Colonialidade do poder e Classificação Social', in B.S. Santos & Paula Meneses, orgs., *Epistemologias do Sul*, Coimbra: Almedina/CES.
- Rocha, Eufémia Vicente, 2009, 'Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes que vêm da África: xenofobia e racismo em Cabo Verde', Dissertação de Mestrado Uni-CV, (Programa de pós-graduação em Ciências Sociais).
- Santos, Boaventura de Sousa, 2000, *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência, para um novo senso comum*, Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa, orgs., 2005, *Trabalhar o Mundo: os Caminhos do Internacionalismo Operário*, Porto: Edições Afrontamento
- Santos, Boaventura Sousa & Menezes, Maria Paula, orgs., 2009, *Epistemologias do Sul*, Coimbra: Almedina/CES.
- Varela, Odair, 2005, Para além de Vestefália e cosmopolis: que governação para os Estados "frágeis", "falhados" ou "colapsados"?, Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- Varela, Odair, 2008, 'A governação global neoliberal e a emergência de formas alternativas de governação política, económica e social na África subsaariana', Yaoundé: 12ª Assembleia Geral do CODESRIA.

